

1 ATA DA 30ª SESSÃO DO CONSELHO GESTOR DO *CAMPUS* DA CAPITAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO
2 PAULO – CGCca, REALIZADA EM 01.04.2014.
3 Às dez horas do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, no Anfiteatro da Zoologia,
4 localizado na Rua do Matão, travessa 14, nº 101, Cidade Universitária “Armando de Salles
5 Oliveira”, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, realizou-se a 30ª sessão do
6 Conselho Gestor do *Campus* da Capital da Universidade de São Paulo (CGCca), sob a
7 Presidência do senhor Presidente, Prof. Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, com a presença
8 dos senhores Conselheiros, cujas assinaturas foram registradas na respectiva lista de presença,
9 anexa a esta ata. **Preliminarmente, o senhor Presidente** agradeceu a presença e deu as boas-
10 vindas aos participantes e membros do Conselho, iniciou a reunião. **I - Expediente da**
11 **Presidência. 1.1 – Aprovação da ata da última reunião** – O Sr. Presidente colocou a ata da 29ª
12 sessão para aprovação, sem objeções a ata foi aprovada. Passou para os pontos seguintes,
13 tratando primeiramente o Regimento e reservando os últimos trinta minutos finais da reunião
14 para a apresentação do orçamento da PUSP-C. Prof. Dr. Arlindo Philippi Jr. explicou que se
15 trata de uma apresentação breve para o conhecimento e aceite dos conselheiros antes da
16 apresentação à Reitoria. **1.2. Regimento do Conselho Gestor do Campus** – Iniciou a
17 apresentação dos pontos propostos para atualização do Regimento, a apresentação foi
18 enviada aos conselheiros por e-mail e o material foi impresso para o acompanhamento de
19 todos. Os itens destacados em amarelo são as observações da Procuradoria Geral. A Profa.
20 Dra. Lisete, diretora da FE, fez algumas observações com relação ao texto proposto pela
21 Procuradoria Geral. A Sra. Cristina Guarnieri esclareceu que anteriormente a proposta de
22 Regimento tinha como título “Regimento do Conselho Gestor do Campus USP da Capital”, mas
23 como as outras Prefeituras estão adotando a Procuradoria Geral recomendou que o
24 Regimento seja “Regimento da Prefeitura do Campus USP da Capital”, os conselheiros
25 presentes concordaram. Com relação a composição do conselho apresentou-se a possibilidade
26 de incluir instituições como IPEN, IPT e Instituto Butantan, a posição da PG é contrária, pois
27 não reconhece o vínculo dessas instituições com a USP. Prof. Dr. Ildo, diretor do IEE, lembra
28 que além dessas instituições a Marinha ocupa grande área do campus e poderia ser
29 considerada. Prof. Dr. Arlindo, prefeito do campus, lembra que algumas dessas instituições
30 possuem cursos realizados em parceria com a USP, dessa maneira possuem vínculo com a
31 Universidade e poderiam participar do Conselho. Profa. Dra. Terezinha, diretora da FCF,
32 lembra que além de vínculos com relação ao ensino existem vínculos na área de extensão
33 universitária, o que reforça a importância da participação dessas instituições. Profa. Dra.
34 Lisete, lembrou que faltou a inclusão do Cepam, acredita que as instituições que ocupam
35 grandes áreas do campus deveriam participar, aproveitou para questionar ainda a validade da
36 ocupação do Cepam no espaço do *campus*, que já sofre dificuldades por falta de espaço,
37 reforçou que todos os órgãos presentes no campus deveriam minimamente seguir as normas e
38 diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor do *Campus* e pela Prefeitura, por isso a
39 importância da participação desses órgãos de alguma maneira. Sr. Geraldo, representante dos
40 funcionários, lembrou da gestão do Prof. Dr. José Sidnei Colombo Martini, destacando suas
41 qualidades, mesmo que tivessem discordâncias políticas, e desejou que o mesmo não seja
42 esquecido por seus colegas. Também destacou que acha importante enfrentar essa discussão
43 sobre as instituições que ocupam o espaço do campus, destacou a Academia de Polícia, a
44 Marinha e outras Instituições, aproveitou para perguntar ao Prof. Dr. José Roberto, diretor da
45 Poli, sobre a presença de coronéis da Marinha na Poli. Prof. Dr. José Roberto Castilho Piqueira

46 esclareceu que desde 1945 existe um acordo entre a Marinha e a Poli para realização do curso
47 de Engenharia Naval, com oficiais da Marinha Naval responsáveis pelo ensino apenas, a
48 presença deles não tem relação com nenhum outro assunto. Esclareceu ainda que
49 acompanhou a assinatura do convênio entre o IPEN e a Universidade de São Paulo, então o
50 vínculo e a relação são completamente regulamentados, assim como o convênio da Poli com a
51 Marinha. O Sr. Presidente agradeceu pelos esclarecimentos e destacou a importância da
52 inclusão desses órgãos, principalmente devido a confirmação desses vínculos. Prof. Dr. Sérgio
53 Adorno, diretor da FFLCH, esclareceu que essas instituições externas por fazerem parte do
54 campus devem seguir as diretrizes e regulamentações estabelecidas pelo Conselho, mas não
55 necessariamente precisam fazer parte do Regimento da Prefeitura. Prof. Marcio Martins,
56 diretor do IF, pediu desculpas pelo atraso, explicou que teve dificuldades em chegar pela falta
57 de sinalização na Rua do Matão, contou sua experiência nos núcleos de pesquisa do IPEN que
58 sofrem dificuldades por não terem acesso ao que acontece na USP e no *campus*, por isso
59 defende sua participação com um integrante de cada órgão como representante. O Presidente
60 concordou e sugeriu que fossem realmente incluídos de alguma forma para participar do
61 Conselho, estabelecendo uma melhor relação. Esclareceu que se eles não fazem parte do
62 *campus*, podem então fazer parte do Conselho apenas como representantes. Sr. Cleone,
63 representante de funcionários, defendeu também a importância da representação desses
64 órgãos no Conselho, acredita que podem contribuir em diversos assuntos, como
65 sustentabilidade, trânsito, transporte etc. Profa. Dra. Sandra J. Ferraz Ellero Grisi,
66 superintendente do HU, reforçou a importância da oportunidade de incluir no título III a
67 representação desses órgãos. O Presidente então esclareceu que o título I e o título II
68 continuam iguais, passando para os próximos tópicos, no Anexo II foram incluídas SGA, o
69 Campus Santos e o CEPEUSP. A sra. Cristina Guarnieri esclareceu que as mudanças propostas
70 no Regimento da Prefeitura exigirão mudanças no Regimento Geral da Universidade e por isso
71 precisarão passar pelas devidas aprovações. O Presidente continua com o título II, capítulo I,
72 que delimita as porcentagens dos representantes do Conselho. **Sr. Geraldo José da Cunha**
73 questionou as porcentagens para representantes de funcionários e discentes, pois as mesmas
74 estão diferentes do que foi acordado na última reunião em que participou, **esclareceu que na**
75 **reunião do Grupo de Trabalho sobre o Regimento, o número de representantes de**
76 **funcionários acordado foi de 5 (cinco) funcionários.** O Sr. Presidente explicou que a
77 porcentagem apresentada foi acordada nas últimas reuniões do grupo e que o grupo estava de
78 acordo. Profa. Dra. Lisete apresentou uma proposta de aumento da participação de
79 funcionários e discentes, começou justificando que a atual gestão está com a intenção de
80 ampliar as representações, assim como de seguir as diretrizes de bases estabelecidas para a
81 educação, pela LDB, convencionalmente tem se aplicado a porcentagem 70%, 15%, 15%,
82 representando uma mudança positiva para o conselho. Prof. Dr. José Roberto Piqueira
83 esclarece que o cálculo da porcentagem deve ser com base no total do colegiado. Prof. Dr.
84 Martin, diretor do IEA, defendeu a inclusão da Biblioteca Brasileira e da representação dos
85 docentes além dos representantes como diretores de Unidades. Sra. Cristina esclareceu que a
86 Brasileira é representada no Conselho pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Sr. Rafael,
87 representante de discentes, reforçou a importância da presença dos representantes de alunos
88 nos Conselhos, ele mesmo tem garantido a sua frequência, mas nem sempre isso acontece,
89 defendeu a porcentagem de 70%, 15% e 15%, e entende que os docentes já são representados
90 pelos diretores de Unidade, a representação de docentes seria uma sobre representação,

91 defende ainda que o mandato continue de um ano para coincidir com o mandato do DCE, que
92 é quem indica os representantes discentes. Prof. Dr. Sergio Adorno defendeu a ampliação da
93 representação dos funcionários e discentes, insistiu ainda na importância da representação
94 dos docentes, que representarão o corpo de docentes e não a Unidade, como o diretor de
95 Unidade. Prof. Martim defendeu o mesmo ponto, que o docente que não é diretor de Unidade
96 também precisa ser representado. Ficam determinados então 20% de Representantes do
97 corpo discente – Grad. e PG; 20% de Representantes dos servidores; e 10% de Representantes
98 de docentes. No Capítulo II são incluídas as representações de cada uma das entidades
99 associadas à USP, localizadas na CUASO (IPEN, IPT e IBu), os conselheiros na votação
100 apresentaram sua concordância com a inclusão das devidas entidades com um representante
101 cada. Profa. Dra. Lisete questiona a representação de expressão da região indicada pelo reitor,
102 se esse representante é o Subprefeito, acredita que isso deve ser delimitado, escrevendo
103 diretamente no regimento, “Subprefeito do Butantã, ou seu representante legal”. Com relação
104 ao mandato do Presidente e Vice-Presidente definiu-se 1 ano, com a possibilidade de uma
105 recondução. Em virtude do tempo, o Sr. Presidente interrompeu a apresentação do Regimento
106 e passou a palavra ao Prefeito para a apresentação da readequação orçamentária **1.3.**
107 **Apresentação da readequação Orçamentária da PUSP-C** – Prof. Arlindo, prefeito, esclareceu
108 que a readequação orçamentária se trata de uma proposta que será apresentada à Reitoria e
109 que todas as Prefeituras estão realizando essas readequações para ajustes às determinações
110 orçamentárias estabelecidas pelo Conselho Universitário. Mostrou o cronograma da liberação
111 de verbas para 2014 e como diversas quantias que estavam previstas não serão concretizadas
112 no orçamento do ano. Para o ano de 2014 a Prefeitura conta com um orçamento de
113 aproximadamente 12 milhões, um dos gastos apresentados como exemplo é o Serviço de
114 Ambulância, com custo de aproximadamente 1 milhão, portanto esse valor será negociado
115 com a Reitoria, se a não houver a possibilidade de continuar com o serviço o campus terá que
116 contar com o serviço do SAMU, existente na cidade de São Paulo para todo e qualquer
117 cidadão. Mostrou outros itens de impacto no orçamento, como os contratos de varrição,
118 manutenção de áreas verdes, manutenção do abrigo temporário de animais, entre outros.
119 Apresentou as licitações planejadas e que estão em empenho, como a coleta seletiva de
120 recicláveis, a modernização da rede elétrica subterrânea, a iluminação pública da EACH, no
121 Quadrilátero Saúde-Direito e no Campus Santos, nesse momento a Prefeitura não possui o
122 dinheiro para continuidade dessas licitações, portanto a realização dependerá de
123 posicionamento da Reitoria. Apresentou os contratos em andamento com recursos da Reitoria
124 e que também precisarão ser renegociados, como o contrato com a SPTrans com o serviço do
125 BUSP e limpeza das vias da CUASO. Mostrou ainda os serviços que estavam previstos com
126 recursos de Unidades, alguns desses serviços por determinações legais não podem deixar de
127 ser feitos, resta saber com qual recurso, já que algumas Unidades também não poderão arcar
128 com os custos previstos. A Profa. Dra. Sheila Walbe, diretora do MP, pediu a confirmação de
129 que os valores estão sendo negociados pelo melhor custo realmente, acredita que muitos dos
130 serviços poderiam ser melhor negociados com custos melhores. Questionou principalmente o
131 custo do serviço de ambulância. A Profa. Dra. Lisete, pediu a palavra para destacar que o
132 serviço de ambulância no campus é absolutamente necessário e foi avaliado de maneira
133 extremamente positiva pelos usuários e conselheiros, destacou ainda que as vidas de dois
134 professores e de um funcionários foram salvas pelo atendimento imediato realizado pelo
135 serviço da ambulância. Enquanto o serviço do SAMU demora aproximadamente duas horas

136 para qualquer atendimento no campus, por isso, defende a continuidade do serviço. Prof. Dr.
137 Arlindo esclarece que levará esses posicionamentos à Reitoria e que se o recurso for possível
138 política e financeiramente, o serviço será mantido. Prof. Dr. Enrico, diretor da FMVZ, esclarece
139 que o serviço se trata de um serviço básico de saúde, mas que quando necessário é
140 acompanhado por um médico, por isso o alto custo. Sr. Geraldo pede que os contratos e
141 valores do Serviço de Ambulância sejam apresentados na próxima reunião de Conselho, pois
142 segundo suas pesquisas é um dos serviços mais caros realmente. Prof. Dr. Arlindo continuou
143 apresentando as demais ações previstas para realização da PUSP-C em 2014 com a redução de
144 aproximadamente 2 milhões atingindo um patamar de 8 milhões do orçamento previsto. Prof.
145 Dr. Tércio Ambrizzi falou rapidamente sobre o Projeto Campus Sustentável que será
146 implementado pela Prefeitura, o mesmo poderá ser apresentado mais detalhadamente na
147 próxima reunião do Conselho Gestor. O Sr. Presidente abriu a palavra aos conselheiros, o Sr.
148 Geraldo pediu o apoio do Conselho em sua eleição para o Conselho do Idoso do Município de
149 SP. Sem mais inscritos o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada
150 mais a tratar, eu, Cristina Guarnieri, Assistente Técnica de Direção da Prefeitura do *Campus*
151 USP da Capital, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor
152 Presidente do CGCca, Prof. Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha.